

IDEIASNET S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Contexto operacional

A Ideiasnet S.A. (“Ideiasnet” ou “Companhia”) sempre esteve posicionada como uma companhia de *venture capital* com sede na cidade do Rio de Janeiro. Constituída em 1998 para exercer a atividade de incubadora de projetos de internet, em junho de 2000 a Companhia tornou-se a primeira empresa de Tecnologia de Informação brasileira a lançar ações na BM&FBovespa, atualmente B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) (todas ordinárias, código de negociação IDNT3). Em 2008, a Companhia aderiu ao Novo Mercado da B3.

Durante muitos anos, a Ideiasnet participou ativamente de todos os estágios de desenvolvimento de suas investidas, se consolidou como referência no setor e foi sinônimo de empreendedorismo com alto nível de Governança Corporativa.

A Ideiasnet sempre atuou junto às suas investidas, na definição e implementação de modelos de negócios, estratégias de crescimento, operações de fusões e aquisições, contribuindo ativamente para o processo de tomada de decisão através da participação em seus Conselhos de Administração, quando instalados.

A partir de final de 2015, a Ideiasnet iniciou um processo de simplificação da sua estrutura societária. Após a extinção de algumas empresas *holdings* e a incorporação dos fundos Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações I – Multiestratégia (“Ideiasnet FIP I”) e Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações II – Multiestratégia (“Ideiasnet FIP II”) pelo Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações III – Multiestratégia (“Ideiasnet FIP III”) em 31 de julho e 31 de março de 2017, respectivamente, a Ideiasnet deliberou pela extinção deste último em 26 de dezembro de 2018. O Ideiasnet FIP III era o último dos três fundos por meio dos quais a Ideiasnet detinha seus investimentos. Em 31 de dezembro de 2018, esse fundo possuía indiretamente apenas dois investimentos em empresas operacionais, nas empresas Padtec S.A. (“Padtec”) e, indiretamente, na Vix Inc. (antiga Batanga Media Inc., “Batanga”), conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de setembro de 2017, foi discutida a possibilidade de constituição de um novo fundo de investimento voltado a projetos de infraestrutura em tecnologia. Os Conselheiros da Ideiasnet entendiam ser importante buscar a perenidade da Companhia e a criação de valor para seus acionistas no longo prazo, razão pela qual decidiram mandar a Diretoria com poderes para tomar as medidas necessárias para tal fim, estudando a melhor forma de estruturação e captação de recursos, identificando empresas-alvo e possíveis co-investidores. Naquela mesma ocasião, os membros do Conselho de Administração concordaram que a Companhia ainda contava com altos custos regulatórios e operacionais se comparados com seu patrimônio, além de passivos tributários e contingências trabalhistas relevantes, razão pela qual deveria continuar a perseguir alternativas visando a diminuição de custos e simplificação da sua estrutura, que poderia incluir fechamento de capital da Companhia, migração para o segmento de listagem tradicional da B3, terceirização das atividades de gestão, entre outras. Tendo em vista a evolução da alternativa da Incorporação de Ações descrita nos parágrafos abaixo e as dificuldades encontradas pela Companhia para a constituição de um novo fundo de investimento, os esforços neste sentido foram interrompidos em setembro de 2018.

Em AGE realizada em 04 de janeiro de 2018, os acionistas aprovaram a saída voluntária da Ideiasnet do Novo Mercado, sem a realização de oferta pública de ações. Assim, desde 08 de janeiro de 2018, as ações de emissão da Companhia passaram a ser negociadas no segmento básico da B3.

Em paralelo aos esforços que envidava para constituição de um novo fundo de investimentos, a Administração da Companhia estudava alternativas para o desinvestimento da Padtec, seu único ativo relevante. Diante do insucesso nas tentativas de venda deste ativo, a Administração desenhou uma operação de incorporação de ações da Padtec, de modo que essa se tornasse subsidiária integral da Companhia, na forma do artigo 252 da Lei das S.A.

Tal operação, que vem sendo estudada há cerca de dois anos, constitui a perspectiva de continuidade operacional para a Companhia e uma saída para os acionistas da Padtec, tendo como objetivo racionalizar e simplificar a atual estrutura da Ideiasnet, permitindo que a Padtec tenha acesso facilitado ao mercado de capitais, valendo-se melhor dos recursos da Ideiasnet e de sua posição de companhia aberta. Acredita-se que a incorporação de ações é vantajosa para ambas as companhias e seus acionistas na medida em que (i) o capital social da Padtec passará a ser integralmente detido por uma companhia aberta, simplificando a estrutura de gestão atualmente existente e potencialmente facilitando o seu acesso ao mercado de capitais, o que eventualmente poderá facilitar a captação de recursos necessária para financiar seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento, assim como a expansão de suas operações; (ii) o número de ações de emissão da Ideiasnet em circulação e o seu valor de mercado tendem a crescer de modo a refletir, proporcionalmente, o aumento da participação da Ideiasnet na Padtec decorrente da implementação da Operação, podendo ter como consequência uma elevação na liquidez das ações de sua emissão; e (iii) a continuidade operacional da Ideiasnet restará assegurada pela consecução do objeto social da Padtec.

Assim, em 07 de fevereiro de 2019, a Companhia convocou seus acionistas para deliberarem, em Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) no dia 22 de março de 2019, sobre operação de incorporação da totalidade das ações de emissão da Padtec S.A. (“Padtec”) pela Ideiasnet (“Incorporação de Ações”), que, caso aprovada, resultaria: (i) na emissão, pela Ideiasnet, em favor dos acionistas da Padtec (exceto a própria Ideiasnet), de ações ordinárias da Ideiasnet, em substituição às ações ordinárias de emissão da Padtec; e (ii) a consequente conversão da Padtec em subsidiária integral da Ideiasnet, preservando-se a personalidade jurídica e o patrimônio próprio da Padtec, de modo que a Ideiasnet não absorveria os seus bens, direitos, haveres, obrigações e responsabilidades, inexistindo sucessão legal.

A realização da AGE estava condicionada à aprovação da Incorporação de Ações pelos acionistas da Padtec em assembleia que seria realizada em 20 de março de 2019, mas que foi cancelada. Em decorrência desse cancelamento, a Companhia cancelou sua AGE que seria realizada em 22 de março de 2019. Uma nova assembleia de acionistas da Padtec para deliberar sobre a Incorporação de Ações foi convocada para 15 de maio de 2019, porém, os demais acionistas da investida (BNDESPAR e CPqD) solicitaram novamente o seu cancelamento para que tivessem mais tempo para avaliar a transação e, se for o caso, obter as aprovações necessárias.

Os termos da operação de incorporação de ações da Padtec pela Ideiasnet seguem em negociação entre a Companhia e os demais acionistas da Padtec, sendo certo que, atualmente, a Ideiasnet não está estudando qualquer outra alternativa.

Dando continuidade ao processo de simplificação da sua estrutura societária, os acionistas da Ideiasnet deliberaram pela incorporação da Ideiasventures em assembleia realizada em julho de 2019.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontrava-se em fase de desinvestimento de seus ativos e apresentou capital circulante positivo de R\$ 697 no consolidado e saldo de prejuízos acumulados de R\$ 100.542.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 20 de março de 2020.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As informações contábeis da Companhia compreendem as demonstrações contábeis individuais, identificadas como Controladora, e as demonstrações contábeis consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (“IFRSs”) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da Controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas, e o patrimônio líquido e o resultado da Controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Ideiasnet S.A. e das empresas nas quais a Companhia mantém o controle direta ou indiretamente, detalhadas na nota explicativa nº 9, cujos exercícios sociais e práticas contábeis são coincidentes. As controladas diretas e indiretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle.

A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

2.1.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3. Uso de estimativas e julgamentos

A aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a seguir, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que podem afetar significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 1 - Continuidade
- Nota 10 - Provisões para riscos
- Nota 14 - Utilização de prejuízos fiscais e impostos e contribuições diferidos
- Nota 14 - Tributos diferidos

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Ideiasnet e suas controladas (“Grupo”), em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

3.1. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades (incluindo entidades estruturadas) controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2018 incluem as controladas Ideiasnet Fundo de Investimento em Participações III – Multiestratégia (Ideiasnet FIP III), Ideiasventures Participações S.A. (“Ideiasventures”), Chenonceau Participações S.A. (“Chenonceau”) e Automatos Participações Ltda (“Automatos”). Em 31 de dezembro de 2019, em função da extinção do Ideiasnet FIP III e da incorporação da Ideiasventures, as demonstrações contábeis consolidadas incluem as controladas Chenonceau e Automatos. Os percentuais de participação em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão demonstrados na nota explicativa nº 9. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações

financeiras das controladas (Automatos e Chenonceau) e do empreendimento controlados em conjunto (Padtec) são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.2. Investimentos em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures)

Uma *joint venture* é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

Os resultados e os ativos e passivos das *joint ventures* são incorporados nestas demonstrações contábeis consolidadas pelo método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma *joint venture* é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação do Grupo no resultado e em outros resultados abrangentes. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma *joint venture* ultrapassa a participação do Grupo nessa *joint venture* (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em sua essência, formam parte do investimento líquido do Grupo na *joint venture*), o Grupo deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que o Grupo incorreu em obrigações legais ou presumidas ou assumiu obrigações em nome da *joint venture*.

Um investimento em uma *joint venture* é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma *joint venture*. Na aquisição do investimento em uma *joint venture*, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação do Grupo no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do exercício em que o investimento é adquirido.

3.3. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

i. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

O modelo de negócios reflete como a Companhia administra seus ativos financeiros e até que ponto os fluxos de caixa dos ativos financeiros são gerados pela captação dos fluxos de caixa contratuais, pela venda dos ativos financeiros ou por ambos, utilizando-se de cenários esperados de ocorrência.

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

ii. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em “Ajuste de avaliação patrimonial (líquido de impostos)” e acumuladas na rubrica “Ajuste acumulado de conversão”.

Quando o investimento é alienado ou apresenta redução ao valor recuperável, o ganho ou a perda acumulado anteriormente é reclassificado para o resultado.

iii. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

iv. Passivos financeiros não derivativos

O Grupo reconhece títulos de dívidas emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Atualmente, o Grupo classifica apenas “fornecedores” como passivos financeiros não derivativos.

3.4. Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (“*impairment*”). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de “*impairment*” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por “*impairment*” é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do “*impairment*”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por “*impairment*”, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do “*impairment*” na data do balanço. “*Impairment*” de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

3.5. Ativo mantido para venda

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

3.6. Provisões para riscos judiciais

As provisões para riscos judiciais eram reconhecidas apenas para obrigações presentes resultantes de eventos passados, em que os valores fossem estimados de forma confiável, para as condenações cuja probabilidade de liquidação fosse provável. No entanto, nos últimos anos, a Diretoria da Companhia observou que a classificação do risco de perda dos processos judiciais, por parte dos assessores jurídicos, tendia a piorar a medida que a ação judicial avançava no tempo. Em virtude disso, a Diretoria da Companhia optou por aumentar o valor das suas provisões para riscos judiciais em 2018, passando a provisionar também 50% das ações com risco possível e 25% daquelas com risco remoto de perda.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à cada obrigação.

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.7. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

3.8. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e a mesma autoridade fiscal.

3.9. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.10. Demonstração dos Fluxos de Caixa

As Demonstrações dos Fluxos de Caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

A Companhia optou por apresentar os fluxos de caixa oriundos de pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos passivos como atividade de financiamento.

Adicionalmente, o fluxo de caixa relativo a impostos parcelados está classificado como fluxo de caixa da atividade operacional.

3.11. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas.

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) / CPC 48 – introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.

Em 2018, a Companhia avaliou a classificação e a mensuração dos ativos financeiros e de acordo com seu modelo de gerenciamento de ativos manteve a classificação do instrumento financeiro Batanga em conta de ativo financeiro avaliado a valor justo por meio do resultado.

A Administração decidiu em provisionar a perda na sua totalidade desse instrumento financeiro em dezembro de 2019, conforme nota explicativa nº 5, uma vez que entendeu que a probabilidade de recuperação do valor do investimento é muito baixa.

IFRS 15 – Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) / CPC 47 – estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

Os pronunciamentos acima não causaram impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

IFRS 16 - *Leasing* – Estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

- Arrendamentos – A norma remove a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e requer o reconhecimento de um ativo (o direito de utilizar o item arrendado) e um passivo financeiro relacionado com o pagamento de aluguéis.

ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro.

Essa interpretação explica como reconhecer e mensurar ativos e passivos sobre lucros correntes e diferidos, no caso em que há incerteza sobre o tratamento de um imposto onde as posições fiscais ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias.

Estas disposições não produziram efeitos sobre as demonstrações contábeis da Companhia e de suas controladas (Automatos e Chenonceau), uma vez que inexistem contratos de leasing e que a Companhia e suas controladas adotam estrita observância às normas fiscais na apuração dos tributos e, por isso, conclui não haver incertezas em termos de estarem os tratamentos em consonância com as disposições e interpretações legais.

c) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020:

CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (aplicável a partir de 1 de janeiro de 2020)

A revisão da norma estabelece alterações no CPC 00 (R1) com destaque para: o objetivo do relatório financeiro; definições de ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas e despesas; critérios para a inclusão de ativos e passivos nas demonstrações contábeis (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento); bases de mensuração e orientação sobre quando usá-las e conceitos e orientações sobre apresentação e divulgação.

IAS 1 /CPC 26 e IAS 8/ CPC 23 – Modifica à definição de “material”, esclarecendo aspectos da aplicação da materialidade nas informações divulgadas.

IFRS 3 / CPC 15 – Definição de negócio - Esta alteração constitui uma revisão da definição de “negócio” para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais.

Revisão de pronunciamentos técnicos nº 14 - Estabelece alterações em diversos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas.

Revisão de pronunciamentos técnicos nº 15 - Alterações dos pronunciamentos técnicos em decorrência da definição do termo "Reforma da Taxa de Juros de Referência", quanto à contabilização de Hedge.

IFRS 17 /CPC 50 – Contratos de seguro

A IFRS 17 substitui a IFRS 4/CPC11 – Contratos de seguro. O objetivo da alteração é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem de forma fidedigna a essência desses contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Caixa e bancos	-	-	595	3
Aplicações financeiras de liquidez imediata	1	-	2.733	3.591
	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>3.328</u>	<u>3.594</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 as aplicações financeiras do Consolidado referem-se a operações compromissadas de liquidez imediata, com remuneração à taxa média de 77,7% do CDI em 31 de dezembro de 2019 e 97% do CDI em 31 de dezembro de 2018, mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros e a análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 16.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS AVALIADOS AO VALOR JUSTO

	Consolidado	
	31/12/19	31/12/18
Investimentos registrados ao valor justo (a)	-	2.278
	<u>-</u>	<u>2.278</u>
Não circulante	-	2.278

A Companhia considera que não exerce influência significativa sobre estes investimentos, uma vez que não gerencia as atividades diárias na administração, a política de investimentos e a gestão desses instrumentos financeiros.

- (a) Refere-se ao ativo financeiro Batanga, cujo valor em 2018 foi reconhecido pela metodologia de avaliação por fluxo de caixa descontado para apurar o valor justo da empresa. O objetivo do Batanga é a criação de conteúdo digital, através de anúncios, *streaming* de vídeos e rádio digital, voltado para as audiências hispânicas nos Estados Unidos. O valor justo do investimento é avaliado anualmente pela Administração, conforme requerido pelo CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, por meio da revisão dos estudos de recuperabilidade (*impairment*) desses investimentos. Assim, em dezembro de 2019, a Administração decidiu por reconhecer a perda em sua totalidade, pois entendeu que a probabilidade da Companhia recuperar o investimento é baixa.

6. OUTROS VALORES A RECEBER E CRÉDITOS COM OUTRAS PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Adiantamentos a fornecedores e diversos	-	-	-	-
Depósito caução aluguel	35	35	35	35
Avais Officer (a)	913	913	913	913
Demais contas a receber (b)	60	726	60	3.725
	<u>1.008</u>	<u>1.674</u>	<u>1.008</u>	<u>4.673</u>
Circulante	-	726	-	738
Não circulante	1.008	948	1.008	3.935

- (a) A Companhia figurava como avalista na Cédula de Crédito Bancário nº 1.250, emitida pela Officer S.A. Distribuidora de Produtos de Tecnologia, então em recuperação judicial (“Officer”), em favor de BCV - Banco de Crédito e Varejo S.A., integrante do Grupo Financeiro BMG. Em 6 de novembro de 2015, a Companhia, na condição de avalista, celebrou Instrumento Particular de Assunção e Confissão de Dívida, por meio do qual (i) assumiu integralmente a dívida pela qual já estava coobrigada e (ii) repactuou as condições de pagamento. Em razão da assunção da dívida, a Companhia ficou sub-rogada no crédito concursal outrora devido pela Officer.

- (b) Em 31 de dezembro de 2018 o saldo era referente a extinção do Ideiasnet FIP III em 26 de dezembro de 2018 que resultou no reconhecimento pela Ideiasnet de R\$ 726 em saldo de disponibilidade de caixa a receber. Esse saldo foi recebido ao longo do exercício de 2019.

7. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Passivo				
PIS e COFINS	-	-	2	-
ISS (b)	-	-	3.327	2.117
PERT (a)	240	240	9.539	10.247
Outros	11	4	12	466
	<u>251</u>	<u>244</u>	<u>12.880</u>	<u>12.830</u>
Circulante	11	4	2.981	2.160
Não circulante	240	240	9.899	10.670

- (a) O valor consolidado é representado principalmente pelos débitos fiscais federais da controlada Automatos Participações incluídos no Programa Especial de Regularização Tributária (“PERT”), instituído pelo Governo Federal por meio da Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017, cujo montante em 31 de dezembro de 2019 somava R\$9.299 do total de R\$9.539. Após o pagamento dos valores correspondentes à entrada de 5% da dívida consolidada para adesão ao PERT, a Companhia e a controlada Automatos Participações concluíram as etapas de consolidação dos parcelamentos realizados e aguardaram que a própria Receita Federal efetuasse a inclusão de débitos e de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL já informados para quitação integral do saldo devedor tendo a última consolidação ocorrido em dezembro de 2019.
- (b) O valor consolidado é representado pelos débitos fiscais municipais da controlada Automatos atualizados junto às prefeituras municipais de Barueri – SP e Petrópolis -RJ.

8. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Imóveis (a)	255	2.246	255	2.246
	<u>255</u>	<u>2.246</u>	<u>255</u>	<u>2.246</u>
Ativo não circulante	255	2.246	255	2.246

a) Imóveis

A Companhia recebeu 15 imóveis como garantia de avais concedidos em contrato de alienação fiduciária na venda da investida Latin eVentures.

Em 30 de junho de 2015, a Ideiasnet classificou esses imóveis como “ativo disponível para venda” em decorrência da decisão judicial emitida em maio daquele mesmo ano, garantindo o direito da Companhia de venda dos imóveis.

Desde então, a Companhia vinha realizando esforços para venda desses imóveis, atendendo aos critérios do CPC 31 – Ativo Não Circulante Disponível para Venda, sendo que em 2016, os imóveis foram reclassificados para Ativo Não Circulante considerando a ausência de expectativa de venda no curto prazo. Ao longo de 2018, tais imóveis tornaram-se indisponíveis em virtude de bloqueios ocorridos no âmbito de algumas ações judiciais nas quais a Companhia estava arrolada e, por isso, a Companhia efetuou em dezembro de 2018 a reclassificação desses imóveis para “Propriedades para investimento”.

A Companhia revisava anualmente o valor justo dos imóveis através de laudo de avaliação de especialistas, garantindo dessa forma que os imóveis estivessem registrados pelo valor recuperável.

Em dezembro de 2019, a Companhia celebrou contrato de compra e venda relativo a 11 unidades e promessa de compra e venda relativa às 4 demais unidades, pelo valor total de R\$1.000, tendo recebido ainda naquele mês, R\$744. O montante restante, correspondente aos outros 4 imóveis, será recebido ao longo do exercício de 2020.

9. INVESTIMENTOS E PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO

As informações contábeis resumidas das coligadas, controladas diretas e indiretas e controlada em conjunto da Companhia, incluindo os valores totais de ativos, passivos, passivo a descoberto, receitas e prejuízo do exercício, estão apresentadas a seguir.

	Participações em coligadas e controladas em 31/12/18	Passivo a descoberto em 31/12/18	Resultado de equivalência		Aplicações/ Aportes (Resgates)	Ganho/(Perda) Capital - Var. Part. Controladas	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Outros (c)	Saldo em 31/12/2019	Participações em coligadas e controladas em 31/12/19	Passivo a descoberto em 31/12/2019
			Ganho/(Perda) pelo MEP (a)	Reversão/ Constituição de Prov. para Passivo a Descob. (b)							
CONTROLADAS DIRETAS									-		
Padtec S.A.	32.663		3.238	-	-	(191)	(195)	-	35.515	35.515	-
Automatos Participações Ltda			-	745	160			(11.808)	(10.903)		(10.903)
Chenonceau Participações S/A.	2.528		(2.232)		-				296	296	
Ideiasventures Participações S/A.		(8.501)		1.841	679	1		5.980	-		-
Total	35.191	(8.501)	1.006	2.586	839	(190)	(195)	(5.828)	24.908	35.811	(10.903)
			(a) + (b)	3.592							

Controladora								
Participações em coligadas e controladas em 31/12/17	Resultado de equivalência		Aplicações/ Aportes (Resgates)	Ganho/(Perda) Capital - Var. Part. Controladas	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Ganho/(Perda) Investimento	Participações em coligadas e controladas em 31/12/18	Passivo a descoberto em 31/12/2018
	Ganho/(Perda) pelo MEP (a)	Reversão de Prov. para Passivo a Descob. (b)						
CONTROLADAS DIRETAS								
Padtec S.A.	339		32.331		(7)		32.663	
Ideiasnet FIPIII	17.765	19.646	-	248	(650)	(23)	-	
Chenonceau Participações Ltda		(46)	2.574				2.528	
IdeiasVentures Participações Ltda.			(8.501)					(8.501)
Total	17.765	19.939	(8.501)	248	(657)	(23)	35.191	(8.501)
		(a) + (b)	11.438					

		Consolidado			
	Participações em coligadas e controladas em 31/12/18	Ganho/(Perda) pelo MEP	Outras	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Participação em controladas indiretas e coligadas em 31/12/2019
Padtec S.A.	32.663	3.238	(191)	(195) -	35.515
Total	32.663	3.238	(191)	(195)	35.515

		Consolidado				
	Participações em controladas indiretas e coligadas em 31/12/17	Ganho/(Perda) pelo MEP	Aportes de capital	Ajuste acumulado de conversão	Ganho/(Perda) Capital - Var. Part. Controladas	Participações em controladas indiretas e coligadas em 31/12/18
Padtec S.A.	21.635	11.373	64	(657)	248	32.663
Total	21.635	11.373	64	(657)	248	32.663

a. Liquidação do Ideiasnet FIP III

Em 26 de dezembro de 2018, a Companhia deliberou pela amortização parcial das cotas do Ideiasnet FIP III mediante a entrega de ações da Padtec, Chenonceau e Ideiasventures, e posterior liquidação e encerramento do fundo, conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 6.b. Consequentemente, a Companhia reconheceu em dezembro de 2018 um ganho de R\$12.216 em relação ao valor dos ativos recebidos do Ideiasnet FIP III.

b. Alienação de controladas

O contrato de compra e venda das controladas Z Investimentos e Moip, celebrado em 22 de fevereiro de 2016, previa mais três pagamentos anuais a título de *earn-out*, no valor de €4,5 milhões cada, sendo €2,445 milhões proporcionais ao percentual da participação do Ideiasnet FIP I, condicionados ao atingimento pela Moip de determinados indicadores de desempenho nos anos fiscais de 2016, 2017 e 2018. Dessa forma, esses ativos somente seriam reconhecidos se e quando as metas fossem alcançadas.

Em 17 de maio de 2017, foi recebida a primeira parcela relativa ao *earn-out*, no valor de R\$6.167 convertidos pela taxa de câmbio efetiva de R\$3,35, líquida de IOF. Em 20 de junho de 2018, foi recebida a segunda parcela relativa ao *earn-out*, no valor de R\$5.330 convertidos pela taxa de câmbio efetiva de R\$4,20, líquida de IOF. E em 17 de julho de 2019, foi recebida a terceira e última parcela relativa ao *earn-out*, no valor de R\$3.756 convertidos pela taxa de câmbio efetiva de R\$4,14, líquida de IOF.

c. Participação em coligadas, controladas e controladas em conjunto:

Dando continuidade ao processo de simplificação da sua estrutura societária, os acionistas da Ideiasnet deliberaram pela incorporação da Ideiasventures em assembleia realizada em julho de 2019. A Ideiasventures era uma *holding* não operacional que detinha participação acionária na Automatos Participações. Após esta incorporação, a Automatos Participações passou a ser consolidada pela Ideiasnet.

Os principais efeitos da incorporação na Controladora foram o registro de R\$ 1.611 em Imposto de Renda e Contribuição Social conforme nota explicativa nº 14.1 e o registro de R\$ 11.135 em Depósitos Judiciais conforme nota explicativa nº 10.1.

Em junho de 2019, o patrimônio líquido da Automatos era negativo em R\$ 11.808 e foi reconhecido na Ideiasnet após a incorporação da Ideiasventures pela Companhia em julho de 2019. Na mesma data, o saldo do passivo a descoberto de R\$ 5.980, que refletia o Patrimônio Líquido da Ideiasventures, foi revertido, após a incorporação dessa sociedade.

As informações contábeis resumidas das coligadas, controladas diretas e indiretas e controlada em conjunto da Companhia e informações sobre suas operações estão descritas a seguir:

31/12/19								
		% de participação – direta/indireta	Ativo Total	Passivo	Patrimônio Líquido	Capital Circulante Líquido	Receita Total	Lucro (Prejuízo)
Controladas diretas								
Chenonceau Participações S.A.	(a)	100,00%	2.882	2.586	296	2.882	-	(2.232)
Automatos Participações Ltda	(c)	100,00%	11.002	21.904	(10.903)	(3.417)		2.689
Empreendimentos controlados em conjunto								
Padtec S.A.	(d)	34,06%	236.950	132.984	103.966	81.321	273.585	9.500

31/12/18								
		% de participação – direta/indireta	Ativo Total	Passivo	Patrimônio Líquido	Capital Circulante Líquido	Receita Total	Lucro (Prejuízo)
Controladas diretas								
Chenonceau Participações S.A.	(a)	100,00%	5.868	3.340	2.528	3.589	-	(128)
Ideiasventures Participações S.A.	(b)	100,00%	5.850	14.351	(8.501)	1.390	-	7.092
Controladas Indiretas								
Automatos Participações Ltda	(c)	100,00%	8.932	23.270	(14.338)	(4.275)	-	7.285
Empreendimentos controlados em conjunto								
Padtec S.A.	(d)	34,06%	272.171	176.273	95.898	83.862	289.908	33.383

O Ideiasnet FIP III, constituído em 2013, era um fundo de investimento em participações, sob a forma de condomínio fechado, por meio do qual a Companhia detinha seus investimentos. Em 26 de dezembro de 2018, a liquidação do Ideiasnet FIP III foi deliberada em Assembleia Geral de Cotistas.

- a) A Chenonceau é uma empresa não operacional que tem como objetivo deter participações em outras empresas e detém uma participação minoritária na empresa Batanga. Essa participação minoritária foi objeto de impairment (reconhecimento de perda) em dezembro de 2019, pois a Administração entende que a Companhia tem baixa probabilidade em recuperar o valor desse investimento.
- b) A Ideiasventures era uma empresa não operacional que tinha como objetivo deter participações em outras empresas e detinha participação na Automatos Participações. A Ideiasventures foi incorporada pela Ideiasnet em 12 de julho de 2019, conforme aprovação em assembleias de acionistas de ambas as companhias.
- c) A Automatos Participações é uma empresa não operacional que tem como objetivo deter participações em outras empresas e atualmente não detém nenhum investimento.
- d) A Padtec é uma empresa voltada ao desenvolvimento, fabricação e comercialização de sistemas de comunicações ópticas. A empresa fornece soluções tanto para redes de longa distância quanto redes metropolitanas e redes de acesso. Com sede em Campinas, SP, a Padtec se destaca pela sua presença nas redes de entroncamento dos maiores provedores de serviços de telecomunicações da América Latina.

10. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Provisão para riscos (10.1)	22.780	27.013	30.948	35.010
Demais obrigações	260	130	473	1.256
	<u>23.040</u>	<u>27.143</u>	<u>31.421</u>	<u>36.266</u>
Circulante	260	130	285	708
Não circulante	22.780	27.013	31.136	35.558

10.1. Provisão para riscos

A Companhia e suas investidas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir 100% das perdas estimadas como prováveis, 50% das perdas classificadas como possíveis e 25% das perdas estimadas como remotas para as ações em curso (vide nota explicativa nº 3.6).

A Companhia faz parte do polo passivo de processos trabalhistas de várias ex-controladas, dentre elas Officer, Pini, Softcorp e ETML - Empresa de Telefonia Multiusuário S.A.

A redução no valor das provisões em 2019 frente ao ano anterior se deu, principalmente, por arquivamento de processos e exclusão da Companhia de polos passivos.

	Controladora				
	31/12/18	Adições	Reversões	Transferência	31/12/19
Trabalhista	21.141	914	(3.049)	-	19.006
Cíveis	5.872	261	(2.359)	-	3.774
Total Provisões	<u>27.013</u>	<u>1.175</u>	<u>(5.408)</u>	<u>-</u>	<u>22.780</u>
Depósitos judiciais	(6.348)	(4.801)	50	-	(11.099)
Total	<u>20.665</u>	<u>(3.626)</u>	<u>(5.358)</u>	<u>-</u>	<u>11.681</u>

	Controladora				
	31/12/17	Adições	Reversões	Transferência	31/12/18
Trabalhista	16.015	5.126	-	-	21.141
Cíveis	4.023	1.886	(37)	-	5.872
Total Provisões	<u>20.038</u>	<u>7.012</u>	<u>(37)</u>	<u>-</u>	<u>27.013</u>
Depósitos judiciais	(1.404)	(5.529)	-	585	(6.348)
Total	<u>18.634</u>	<u>1.483</u>	<u>(37)</u>	<u>585</u>	<u>20.665</u>

	Consolidado				
	31/12/18	Adições	Reversões	Transferências	31/12/19
Trabalhista	19.382	1.194	(3.397)	2.530	19.709
Fiscais	2.530	-	-	(2.530)	-
Cíveis	13.098	575	(2.434)	-	11.239
Total Provisões	35.010	1.769	(5.831)	-	30.948
Depósitos judiciais	(11.349)	(4.811)	4.389	-	(11.771)
Total	23.661	(3.042)	(1.442)	-	19.177

	Consolidado				
	31/12/17	Adições	Reversões	Transferências	31/12/18
Trabalhista	16.894	5.566	(3.078)	-	19.382
Fiscais	3.125	-	(595)	-	2.530
Cíveis	11.419	2.043	(364)	-	13.098
Total Provisões	31.438	7.609	(4.037)	-	35.010
Depósitos judiciais	(11.245)	(778)	8	666	(11.349)
Total	20.193	6.831	(4.029)	666	23.661

Em 1º de fevereiro de 2017 o Ideiasnet FIP I e os demais acionistas da Montpellier concluíram a operação de venda da Montpellier, *holding* detentora de 69,1% do capital social da Tectotal, para a CDF – Central de Funcionamento Tecnologia e Participações S.A. (“CDF”). Pelos termos e condições estabelecidos no contrato de compra e venda, o Ideiasnet FIP I fazia jus à quantia de R\$5.163 pela venda de sua participação de 78,6% na Montpellier, que foi depositada judicialmente pela CDF nos autos de uma ação de execução cível de título extrajudicial, de nº 0195266-33.2011.8.26.0100, movida pela ABX Gestão e Administração Ltda. (“ABX”) em face da Automatos Participações. A disponibilidade de tal quantia para a Companhia depende de conclusão favorável desse processo, cuja probabilidade de risco de perda para a Companhia é remota, segundo os assessores jurídicos responsáveis pelo seu acompanhamento.

Em 14 de junho de 2017, a Companhia e sua então controlada Ideiasventures sofreram bloqueios judiciais no montante de R\$4.275 no âmbito de outra ação de execução cível nº 1008328-05.2014.8.26.0100 movida também pela ABX em face da Automatos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui um total de R\$ 14.434 de contingências classificadas como possíveis e de acordo com a prática contábil descrita na nota explicativa nº 3.6 é provisionado um total de 50% do total das causas possíveis. Em consequência disso em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possui um total de R\$7.218 de processos não provisionados, representados desta forma:

	31/12/19
Trabalhista	3.652
Cíveis	3.566
Total	<u>7.218</u>

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1. Capital social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$131.846, dividido em 16.344 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, até o limite de 20 milhões de ações ordinárias, sem valor nominal.

11.2. Reservas de capital

Correspondente aos ganhos ou perdas na alteração de participação de controladas sem perda de controle.

11.3. Ajuste acumulado de conversão

Representam ajustes decorrentes de coligadas no exterior.

11.4. Ajuste de avaliação patrimonial

Representam os ajustes decorrentes da avaliação a valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda, líquido de efeitos tributários.

11.5. Dividendos

No Estatuto Social da Companhia, está definida a destinação de 25% ajustada nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76 de dividendos mínimos obrigatórios a serem distribuídos quando for apurado lucro no exercício. Não haverá distribuição de dividendos relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, devido aos saldos de prejuízos acumulados.

12. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS – NATUREZA DE OPERAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Despesas de serviços de terceiros	(1.555)	(1.357)	(1.749)	(1.984)
Despesas de viagens	(23)	(43)	(23)	(44)
Despesas gerais/administrativas	(293)	(347)	(296)	(715)
Despesas com ocupação	(240)	(348)	(241)	(352)
Despesas com pessoal	(2.777)	(3.038)	(3.140)	(3.344)
Despesas tributárias	(45)	(61)	(106)	(370)
Depreciação e amortização	(3)	(20)	(3)	(20)
Total de despesas	<u>(4.936)</u>	<u>(5.214)</u>	<u>(5.558)</u>	<u>(6.829)</u>

13. OUTRAS DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Outras Despesas				
Provisões para Contingências	-	-	(139)	-
Outras Provisões	-	(856)	-	(1.046)
Despesas na Alienação de Imobilizado	-	(51)	-	(51)
Perdas c/ Ativos p/ Venda	(902)	-	(902)	-
Outras	<u>(39)</u>	<u>(8)</u>	<u>(39)</u>	<u>(147)</u>
	<u>(941)</u>	<u>(915)</u>	<u>(1.080)</u>	<u>(1.244)</u>
Outras Receitas				
Reversão de Provisões para Contingências	4.233	-	4.233	-
Reversão de Outras Provisões	942	-	1.884	393
Desconto Parcelamento	-	238	339	3.741
Receitas c/ Ativos p/ Venda	58	72	58	88
Outras	<u>4</u>	<u>1</u>	<u>23</u>	<u>1</u>
	<u>5.237</u>	<u>311</u>	<u>6.537</u>	<u>4.223</u>

14. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Despesa financeira				
Despesas bancárias	(2)	(3)	(4)	(8)
Juros passivos	-	-	(1.277)	(93)
Variação cambial passiva	-	-	-	(69)
Outras despesas financeiras	(1)	(1)	(1)	(64)
	(3)	(4)	(1.282)	(234)
Receita financeira				
Descontos obtidos	16	3	46	3
Receita aplicação financeira	-	-	150	502
Variação cambial ativa	-	-	-	20
Juros sobre mútuos	-	172	-	177
Outras receitas financeiras	16	30	15	30
	32	205	211	732
Resultado financeiro, líquido	29	201	(1.071)	498

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

15.1. Imposto de renda e contribuição social a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Ativo				
IR e CSLL	1.607	280	3.523	2.200
PERT	240	240	8.143	3.652
IRRF	0	1	39	1.418
Total	1.847	521	11.705	7.270
Circulante	1.607	281	1.634	1.685
Não circulante	240	240	10.071	5.585

15.2. A despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social da Companhia e de suas controladas é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Resultado antes dos impostos	5.439	11.062	2.819	10.072
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social	(1.849)	(3.761)	(958)	(3.424)
Equivalência patrimonial	1.221	3.889	1.727	(187)
Outras adições e exclusões e créditos não constituídos	628	112	1.851	4.841
	1.849	4.001	3.578	4.654
Efeitos fiscais lançados no resultado	-	240	2.620	1.230
Corrente	-	-	9	(676)
Diferido	-	240	2.611	1.906

Em 31 de dezembro de 2019 os saldos de imposto de renda e contribuição social a recolher no consolidado eram de R\$ 548 e R\$ 196 (R\$ 1.088 e R\$ 386 em 31 de dezembro de 2018), respectivamente.

- 15.3. Conforme nota explicativa nº 7, a Companhia e sua controlada Automatos Participações aderiram ao PERT, cujas regras incluem a concessão de benefícios de redução de juros, multas e encargos, além da possibilidade de utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para pagamento de dívidas no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil (“SRFB”) e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (“PGFN”). A Companhia auferiu reduções significativas em sua dívida consolidada junto à SRFB e à PGFN, principalmente devido aos efeitos do PERT sobre sua controlada Automatos Participações. Em dezembro de 2019, foi concluída a última prestação de informações de créditos fiscais após a PGFN ter logrado corrigir os erros então existentes em uma das modalidades de parcelamento.

16. RESULTADO POR AÇÃO

	Controladora	
	31/12/19	31/12/18
Resultado do período	5.439	11.302
Resultado básico e diluído por ação (Em Reais)	0,3328	0,6915
Quantidade de ações	16.344	16.344

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO

Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas administram seus instrumentos financeiros por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de seus instrumentos financeiros: de capital, de crédito, de liquidez, de mercado e operacional.

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a cada um dos riscos supracitados, bem como o gerenciamento de risco e de capital realizado pela Companhia e suas controladas.

Estrutura de gerenciamento de risco - O gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, definir limites e controles apropriados, além de monitorar a aderência aos limites definidos. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, visa desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

O objetivo da Companhia e de suas controladas ao administrar seu capital é o de assegurar a continuidade de suas operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ela associados.

A Administração acompanha o cumprimento das atividades de controle de riscos e revisa periodicamente a estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas.

Tipos de risco

a) Risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais ao mesmo tempo em que buscam maximizar o retorno de suas operações para todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização da utilização de instrumentos de dívida e de patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia e de suas controladas é formada pelo endividamento líquido (empréstimos, financiamentos e debêntures), deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa, caixa vinculado e aplicações financeiras e pelo patrimônio líquido (passivo a descoberto) da Companhia.

A Companhia e suas controladas não possuem dívidas financeiras e seu índice de caixa líquido é:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Dívida	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras	1	-	3.328	3.594
Dívida líquida (caixa líquido)	(1)	-	(3.328)	(3.594)
Patrimônio líquido	18.348	13.295	18.348	13.295
Índice de endividamento (caixa) líquido	(0,0001)	-	(0,1814)	(0,2703)

b) Risco de liquidez

É o risco de que a Companhia e suas controladas tenham dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas relevantes ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas.

c) Riscos de mercado

É o risco de que alterações nas taxas de câmbio e taxas de juros impactem negativamente o resultado da Companhia e de suas controladas. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar a exposição da Companhia e de suas controladas aos riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o seu retorno.

- Risco com taxas de juros

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e de suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia e suas controladas não possuem contratos de instrumentos financeiros derivativos para cobrir esse risco, porém monitoram continuamente as taxas de juros de mercado, a fim de observar a eventual necessidade de contratação desses instrumentos. Na data dessas demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Batanga (vide nota 5)	-	-	-	2.278
PERT	(240)	(240)	(9.539)	(10.247)
	<u>(240)</u>	<u>(240)</u>	<u>(9.539)</u>	<u>(7.969)</u>

d) Risco operacional

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

O objetivo da Companhia e de suas controladas é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação, buscar eficácia de custos e evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações.
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações.
- Cumprimento com exigências regulatórias e legais.
- Documentação de controles e procedimentos.
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados.

- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas.
- Desenvolvimento de planos de contingência.
- Treinamento e desenvolvimento profissional.
- Padrões éticos e comerciais.
- Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos financeiros ativos e passivos de taxa variável:

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos ativos e passivos financeiros a qual a Companhia e suas controladas estavam expostas na data-base 31 de dezembro de 2019, foram definidos cinco cenários diferentes e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Os ativos e passivos da Companhia e de suas controladas estão indexados, substancialmente, às taxas CDI e Selic, que foram extraídas do site oficial do Banco Central do Brasil – Bacen na data de 31 de dezembro de 2019. Esse indicador foi definido como o cenário provável e a partir desse cenário provável foram calculadas as variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

Indexadores dos ativos e passivos financeiros:

<u>Indexador</u>		<u>Queda de 50%</u>	<u>Queda de 25%</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Aumento de 25%</u>	<u>Aumento de 50%</u>
CDI		2,200%	3,300%	4,40%	5,500%	6,600%
SELIC		2,200%	3,300%	4,40%	5,500%	6,600%
	<u>Saldo 31/12/19</u>	<u>Queda de 50%</u>	<u>Queda de 25%</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Aumento de 25%</u>	<u>Aumento de 50%</u>
Aplicações financeiras						
CDI	2.733	60	90	120	150	180
	2.733	60	90	120	150	180
Parcelamento de tributos						
SELIC	9.539	210	315	420	525	630
	9.539	210	315	420	525	630

Classificações contábeis e valores justos

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados nas demonstrações contábeis, são os seguintes:

<u>Ativos</u>	<u>Classificação</u>	31/12/19			
		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>
Caixa e equivalentes de caixa	-	1	1	3.328	3.328
Contratos de mútuos	Empréstimos e recebíveis	2.585	2.585	-	-
Outros valores a receber	Empréstimos e recebíveis	1.008	1.008	1.008	1.008
<u>Passivos</u>					
Fornecedores	Custo amortizado	-	-	151	151
Demais obrigações	Custo amortizado	260	260	473	473

Hierarquia do valor justo

No que tange ao cálculo dos valores justos, foram considerados:

- Caixa e equivalentes de caixa - Contas correntes são valorizadas conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras são atualizadas pela taxa do CDI na data da apresentação das demonstrações contábeis.
- Aplicações financeiras - Aplicações financeiras são valorizadas pela taxa do CDI na data da apresentação das demonstrações contábeis.
- Outros valores e créditos a receber - “Empréstimos e recebíveis” são mensurados pelo custo amortizado, pois são contabilizados considerando o saldo em aberto incluindo os juros incorridos até a data da apresentação das demonstrações contábeis.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

18.1. Transações financeiras com partes relacionadas

As transações financeiras realizadas entre a Companhia e suas partes relacionadas referem-se a contratos de mútuos. O saldo de R\$2.585 em 31 de dezembro de 2019 não prevê cobrança de juros, uma vez que se trata de operação firmada com controlada integral, com vencimento inferior a um ano.

18.2. Remuneração do pessoal chave da Administração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global máximo de remuneração anual dos Administradores, que inclui os membros do Conselho de Administração e os Diretores Estatutários.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovada a remuneração anual global máxima dos Administradores em até R\$8.000, cabendo ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba individualmente.

19. SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía as seguintes apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante</u>	<u>Vigência da cobertura</u>
Patrimonial	Incêndios/danos	500	22/01/19 a 22/01/20
	Responsabilidade civil	15.000	31/12/19 a 31/12/20

O seguro contra incêndio e danos foi renovado e a apólice atual tem vigência de cobertura até 23/01/2021.

20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Coronavírus (COVID-19)

De acordo com o recomendado pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, por meio do OFÍCIO CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 02/2020, que destaca a importância das companhias considerarem os impactos do agente de coronavírus ("COVID-19") em seus negócios e divulgarem os potenciais riscos e incertezas, se houverem, decorrentes dessa

análise, levando em consideração as normas contábeis aplicáveis, a Companhia informa que vem monitorando e acompanhando a evolução do COVID-19 e, até o momento, não identificou alterações no uso de julgamento ou na elaboração de estimativas praticadas e divulgadas nas presentes notas explicativas.

Os casos de COVID-19 continuam avançando e afetando várias regiões do país. Até a data de encerramento destas demonstrações contábeis, a Companhia e suas controladas, devido ao ineditismo deste assunto e sua rapidez com que certas condições econômicas se deterioraram, ainda não observaram impactos financeiros significativos sobre as demonstrações do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que deveriam ser divulgados, entretanto, existe a possibilidade de que a gravidade da situação em nosso país aumente significativamente no decorrer das próximas semanas, podendo impactar as operações da Companhia. Os eventuais impactos deste evento extraordinário, ainda não podem ser estimados com precisão, nem quais seriam, se houver, os impactos nos resultados, fluxos de caixa e informações contábeis da Companhia e suas controladas para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2020.

Sami Amine Haddad
Diretor Presidente e de Relações
com Investidores

Alexandre Gunther Steinhäuser
Diretor Administrativo-Financeiro

Cesar do Monte Pires
Contador
CRC/RJ - 064657/O